



SÓ DAQUI EM DIANTE

Decreto não retroage para revogar regime tributário especial

6 de janeiro de 2026, 13h48

Tributário

Não é possível revogar regime tributário especial com base em aplicação retroativa de decreto estadual, sob pena de violar o princípio da irretroatividade e comprometer a segurança jurídica.

Esse foi o entendimento da 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para manter uma distribuidora hospitalar em regime especial de tributação.

A decisão foi provocada por mandado de segurança em que a empresa pede que as autoridades fiscais se abstenham de excluí-la do regime conferido ao setor e exigir o estorno dos créditos de ICMS relativos às operações pretéritas de bonificação.

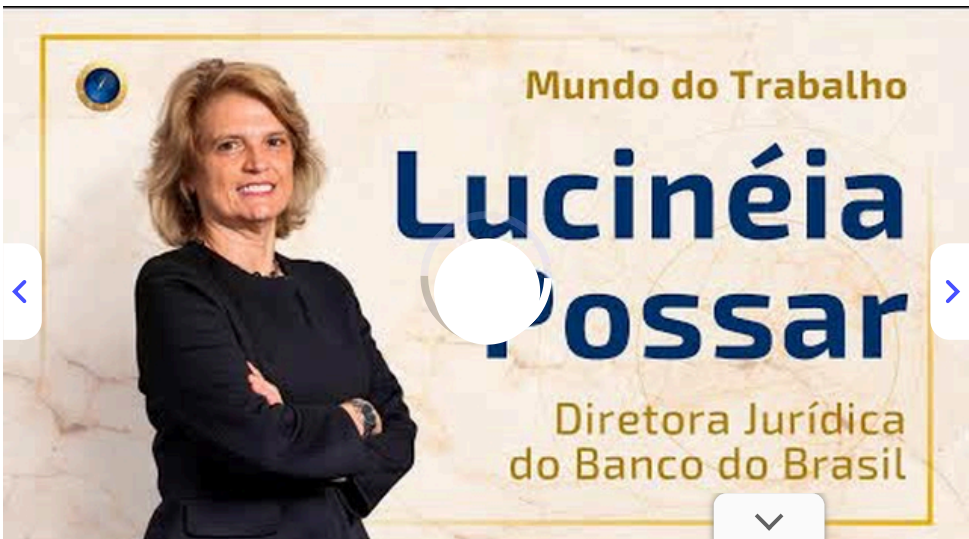
Conforme os autos, a empresa havia sido notificada pela Secretaria de Estado da Fazenda por, supostamente, ultrapassar o limite de 5% de entradas provenientes de bonificações, doações ou brindes — limite que foi introduzido pelo [Decreto 48.989/2025](#).



Freepik

Para o TJ-MG, não cabe aplicação retroativa de decreto para afastar regime de distribuidora hospitalar

[APOIO](#)



Ao analisar o caso, o relator, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, afirmou que a aplicação retroativa das regras do decreto violaria frontalmente a irretroatividade tributária e a segurança jurídica, podendo gerar incremento indevido de carga tributária sem respeito às anterioridades constitucionais.

“A imposição imediata de nova restrição ao enquadramento no regime especial, com impacto na carga tributária suportada pelo contribuinte, atrai a aplicação dos princípios da anterioridade anual e nonagesimal, conforme interpretação consolidada do Supremo Tribunal Federal”, diz o acórdão. A votação foi unânime.

A empresa foi representada pela advogada **Julia Leite Alencar**, da Leite Alencar Sociedade de Advogados.

Clique [aqui](#) para ler a decisão
Processo 2000603-31.2025.8.13.0000

VER COMENTÁRIOS

Tags:

[compartilhe](#)

RECEBER

Encontrou um erro? [Avise nossa equipe!](#)

Leia também



[PRAZO INSUFICIENTE](#)
[CNI contesta no STF tributação de lucros e dividendos da reforma tributária](#)



[EM BENEFÍCIO DO RÉU](#)
[STJ admite substituição de penas por crime de motorista embriagado](#)



[TORRE DE BABEL](#)
[Tribunais mostram falta de critérios para prisão a condenados no Júri](#)



[QUESTÃO DE TEMPO](#)
[STF suspende análise sobre valores diferenciados a planos de idosos](#)



[GOLEADA](#)
[Por 10 a 1, STF confirma prisão do ex-jogador Robinho](#)



[NOVA DERROTA](#)
[STF forma maioria para manter prisão de Robinho](#)



[AVANÇOS](#)



[RINHA](#)



Aplicação
retroativa da Lei
de Execução
Penal é
inconstitucional



Reynaldo
Fonseca, do STJ,
completa dez
anos na corte



terça-feira
6 de janeiro de 2026

Consultor Jurídico

Pesquisar



CONJUR

Quem Somos

Equipe

Fale Conosco

PUBLICIDADE

Anuncie na ConJur

Anuários Conjur

ESPECIAIS

Especial 20 anos

Especial 25 anos

PRODUTOS

Livraria

Anuários

Boletim Jurídico

Consultor Jurídico 2026. Todos os direitos reservados.
Rua Wisard, 23 – Vila Madalena - São Paulo/ SP - CEP: 05434-080

ISSN 1809-2829

www.conjur.com.br

